

PROERD NO MUNICIPIO DE ANAPOLIS

PROERD IN THE MUNICIPALITY OF ANAPOLIS

MOREIRA, Plínio Mozart¹
FERREIRA, João Lucas²

RESUMO

A população que participa do PROERD é capaz de produzir a segurança em parceria com a polícia, impondo uma responsabilidade para a nova polícia, que consegue integrar o público a manter a ordem e a lei. A presente pesquisa tem como objetivo geral apontar a importância do PROERD suas características e como a Polícia Militar desenvolve suas atividades, dando ênfase ao município de Anápolis-GO. Para alcançar tal objetivo o presente estudo empregou como base metodológica a revisão de literatura, e realizou uma investigação de dados bibliográficos construídos a partir da leitura de livros de autores que possuem entendimento amplo do assunto abordado e ainda com o auxílio de artigos publicados que trazem a importância do tema exposto para polícia. A junção dessas informações possibilitaram o desenvolvimento e estruturação do trabalho, fazendo assim com que o leitor compreenda de maneira clara a relevância do tema.

Palavras-chave: PROERD; Polícia Comunitária; Serviço Policial; Polícia Militar.

ABSTRACT

The population that participates in PROERD is able to produce security in partnership with the police, imposing a responsibility for the new police, that manages to integrate the public to maintain order and the law. The present research has the general objective to point out the importance of PROERD its characteristics and how the Military Police develops its activities, emphasizing the municipality of Anápolis-GO. In order to reach this objective, the present study used as a methodological basis the literature review, and carried out an investigation of bibliographic data constructed from the reading of books by authors who have broad understanding of the subject addressed and also with the help of published articles that bring the importance of the topic exposed for police. The combination of this information enabled the development and structuring of the work, thus making the reader understand clearly the relevance of the theme.

Keywords: PROERD; Community Policy; Service Police; Military Police.

1 Aluno do Curso de Formação Policial Turma Alfa Anápolis, do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, mpliniomozart@gmail.com;

2 Professor orientador, Graduado em Geografia pela UEG, Pós Graduado em Análise Criminal com Ênfase na Docência do Ensino Superior pela Faculdade Albert Einstein Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM, lucao-ji@gmail.com, Anápolis – GO, Maio de 2018.

1 INTRODUÇÃO

A apreensão pelo uso de drogas por jovens brasileiros levou os governantes a buscarem uma alternativa para prevenir o uso de drogas por esses jovens que, além de serem vítimas de uma sociedade precária, onde seus direitos não são respeitados, também se tornam vítimas de pessoas que vivem a margem da sociedade e buscam corrompe-las.

Uma alternativa encontrada foi o PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), que foi baseado num programa já existente nos Estados Unidos da América denominada DARE (Drug Abuse Resistance Education).

O PROERD é um programa que consiste numa ação conjunta entre a Polícia Militar, as escolas e as famílias dos estudantes, tentando prevenir o uso de drogas e a violência entre estudantes, também ajudá-los a reconhecer as pressões e as influências diárias que contribuem para o uso de drogas e à prática de violência, desenvolvendo habilidades para resistir.

Este trabalho tem como objetivo, apresentar como funciona o PROERD, demonstrar quais as principais características do programa, e como a Polícia Militar do Estado de Goiás desenvolve as atividades. Objetiva também conhecer os resultados do programa no município de Anápolis-GO.

Também tem como objetivo entender porque esse trabalho é desenvolvido pela Polícia Militar, e como é feito para escolher as escolas que serão contempladas pelo projeto e os parceiros que vão auxiliar no desenvolver das atividades. Os materiais que são usados e qual é o critério utilizado pela polícia militar para designar os policiais que vão estar à frente desse projeto.

Será feito um breve comentário sobre policiamento comunitário que é um trabalho que a polícia militar do estado de Goiás vem desenvolvendo e o PROERD vem elencado dentre deste contexto. Pois o PROERD além do importantíssimo trabalho desenvolvido com os jovens, também busca aproximar a PM da comunidade. Tentando desmistificar que o trabalho de polícia é apenas “prender bandido”. O PROERD vem para aproximar a população, pois a polícia militar atua em parceria com a família e a escola, mostrando que o trabalho em conjunto pode trazer melhores resultados no combate às drogas e à violência.

A população precisa de esclarecimento a respeito dos trabalhos desenvolvidos pela polícia militar. Um trabalho muito além do que é mostrado pelas

mídias sociais. Assim poderá se aproximar da polícia e estar trabalhando em conjunto. De forma que assim os resultados dos programas terão maior sucesso.

O tema é relevante, pois a sociedade vive um momento caótico, onde ela se tornou refém da criminalidade, e carece de ações que visem impedir que os jovens entrem nesse caminho. O programa já existe há alguns anos e já demonstrou que tem sido eficaz a parceria Polícia Militar, alunos e comunidade.

O trabalho é relevante para a Polícia Militar, pois a corporação tem desenvolvido este programa com excelência, mas ainda existe a possibilidade de melhorar, otimizando os recursos e atingindo uma quantidade maior de jovens, buscaremos evidenciar os pontos positivos e buscar soluções para o que puder ser melhorado. De forma a melhor atender os jovens que participam do projeto.

A Polícia Militar é carente de artigos e pesquisas relacionados aos trabalhos sociais desenvolvidos por ela, com isso a população desconhece tais projetos. É importante que mais artigos e pesquisas sejam desenvolvidos, para que com mais informações ela possa estar se atualizando e a sociedade vai adquirindo conhecimento.

A pesquisada será realizada junto ao cabo Netto, policial militar do estado de Goiás, responsável pelo programa no município de Anápolis. De forma específica, o trabalho será focado no município de Anápolis onde será pesquisado além de outros índices: Quantas escolas serão atendidas pelo programa no ano de 2018? E como é realizado este trabalho no município de Anápolis? Assim será feita uma análise minuciosa de todo trabalho realizado.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

Segundo Bordon (2005), Cano (1997) e Oliveira Júnior (2003) houve um aumento da sensação de insegurança acompanhado pelo aumento nos índices de criminalidade e violência, isso associado a ausência de políticas de segurança pública voltadas à resolução de conflitos de maneira pacífica aliado à manutenção de instituições policiais extremamente repressivas, militarizadas, centradas numa política de “combate ao crime” e que mantém índices de letalidade extremamente elevados.

De acordo com Bordin (2009) a segurança pública vivia um quadro caótico no Brasil, onde a violência policial letal (ou não letal, baseada em torturas e agressões) fazia parte do cotidiano de suas operações, as instituições policiais militares brasileiras observaram no modelo de policiamento comunitário, uma chance de mudança nas formas de atuação no patrulhamento preventivo, mas mantendo suas próprias estruturas inalteradas do ponto de vista de uma maior participação da comunidade no planejamento de suas ações.

Segundo Skogan (2008) o modelo de policiamento comunitário é resultado de um processo que começou nas instituições policiais norte americanas, desde a década de 1950. Nos 40 anos subsequentes à primeira iniciativa, foi classificar como tal os programas e as ações que objetiva: a constituição de uma equipe de policiamento de responsável por cada região da cidade; a comoção da comunidade para a dificuldade em se enfrentar a criminalidade; o engajamento da comunidade com a evolução das iniciativas de prevenção ao crime; a atuação da polícia trabalhando para descobrir o que causa os crimes – e não apenas combatendo sua ocorrência – como consequência haveria uma diminuição do sentimento de insegurança. A partir dessa investigação que se desenvolveu o conceito de policiamento comunitário, tal como é conhecido hoje.

Segundo Ribeiro (2014), Montandon (2014) com a evolução, da polícia militar conseguiu – se então formular um raciocínio segundo o qual a categoria policiamento comunitário não seria estabelecida pelas praticas policiais, mas sim como consequência das estratégias atribuídas a organização policial na tentativa de ajustar o modelo profissional às peculiaridades do ambiente em que a polícia atuará. Assim, descentralizando e, abrangendo o trabalho policial militar com a comunidade e dando destaque para a solução de problemas que passaram a ser identificados como elementos sustentadores do próprio conceito.

As ações de prevenção em segurança pública configuram um horizonte discursivo bastante profícuo ao longo dos últimos anos. O debate ampliado acerca da importância de projetos sistematizados que priorizem a prevenção à violência e à criminalidade tem se configurado como agenda inequívoca no cotidiano de gestores, técnicos e pesquisadores do campo de segurança pública. Neste sentido, esta obra se apresenta como um esforço conjunto de aperfeiçoamento de um programa que há 20 anos as policias militares implantaram no Brasil, e, mais do que isso, justamente na data em que sua sistematização vê asseverados cada vez mais

nacionais: trata-se do Programa Educacional de Resistência às Drogas, o PROERD (BRASIL, 2013, p. 9).

2.2 HISTÓRIA DO PROERD

De acordo com Pereira Junior (2012), e Batista (2012) em 1983, o Departamento de Polícia de Los Angeles (Estados Unidos), depois de realizar estudos sobre as estatísticas das ocorrências de uso e tráfico de entorpecentes entre crianças e adolescentes daquele município, chegou à conclusão de que a prática coercitiva da força policial não estava alcançando os objetivos esperados. A partir deste momento, o Departamento de Polícia, em parceria com o Distrito Escolar de Los Angeles, criou sob a supervisão e coordenação da pedagoga Ruth Rich, o programa Drugs Abuse Resistance Education (DARE), utilizando material didático apropriado à vida e aconselhamento das crianças de faixa etária entre nove a doze anos de idade, material desenvolvido pela pedagoga junto com a polícia militar norte americana. Nos dias atuais, sessenta países do mundo empregam o programa, sob os mais distintos nomes, todos, fundamentados no modelo estadunidense e utilizando material didático com algumas modificações adaptadas às respectivas realidades. Todos os anos são formadas cerca de 30 milhões de crianças em todo o mundo.

De acordo com Da Silva (2014) este programa possui um caráter social e preventivo, colocado em prática em todos os estados do Brasil por policiais militares escolhidos de forma rigorosa. É desenvolvido semanalmente em sala de aula, durante um período de quatro meses em média, nas escolas de ensino público e privado, para os alunos que estejam cursando do quinto ao sétimo ano do ensino fundamental.

O programa possui como material didático o “Livro do Estudante”, o “Livro dos Pais” e o “Manual do Instrutor” que ajudam os estudantes e os Policiais Proerd na evolução das atividades, pois os instrutores não possuem formação como professores, apenas passam pelo curso oferecido pela Polícia Militar (BRASIL, 2013, p.15).

O programa consiste em uma ação conjunta entre o policial militar devidamente capacitado, chamado Policial Proerd, professores, especialistas,

estudantes, pais e comunidade no sentido de prevenir e reduzir o uso indevido de drogas e a violência entre estudantes, bem como ajuda-los a reconhecerem as pressões e a influencia diária para usarem drogas e praticarem a violência, e a resistirem a ela (BRASIL, 2013, p.15).

Em grande medida, a filosofia do PROERD promove a integração entre a família e a escola em torno da prevenção ao uso de drogas, valendo-se do papel social da policia de promover segurança. Justamente por priorizar ações de prevenção, o PROERD oferece alternativas à ortodoxia do fazer segurança pública, desvelando novos à atuação das nossas agencia estatais. Em especial, o olhar direcionado às crianças e aos adolescentes traz à tona a relevância de se trabalhar a prevenção primaria de maneira construtiva no ambiente escolar. Dessa forma, as discussões instauradas pelo PROERD têm se tornado instrumento fundamental para integração das famílias no processo educacional, em que o dialogo torna-se proposta prioritária para a melhoria da qualidade de vida das crianças (BRASIL, 2013, p.15).

2.3 PROERD NO BRASIL

O DARE chegou ao Brasil em 1992, no estado do Rio de Janeiro, com o nome de Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Em Goiás, o Programa foi iniciado em 1998. Segundo a coordenação do PROERD, o programa tem como objetivo a prevenção ao uso indevido e abusivo de drogas, sendo voltado para crianças do ensino fundamental e desenvolvido no Brasil pelas polícias militares (WIKIPÉDIA, 2018).

Segundo Da Silva (2014) em 2002 o programa alcançou todos os estados do território brasileiro. Em nível nacional ele está regulamentado pelo Conselho Nacional de Comandantes Gerais da Polícia Militar e dos Corpos de Bombeiros Militares (CNCG-PM/CBM), constituindo-se em uma das Câmaras Técnicas.

Segundo Silva (2014) o PROERD é elaborado nas escolas de ensino com alunos de todo o Ensino Fundamental, por policiais militares capacitados e especializados para desenvolver atividades lúdicas, através de metodologia focada nas crianças. E existem também atividades voltadas para os jovens do ensino médio e para os pais de alunos que são parte fundamental deste trabalho. O objetivo é

transmitir uma mensagem da importância da vida, e do quanto é grave o envolvimento com as drogas, objetivando afastar eles das drogas.

Após quatro meses de curso as crianças recebem o certificado Proerd, ocasião que prestam o compromisso de manterem-se afastados das drogas. O Programa é pedagogicamente estruturado em lições, ministradas obrigatoriamente por um policial militar fardado, que além da sua presença física em sala de aula como educador social, propicia um forte elo de ligação na comunidade escolar em que atua, fortalecendo o trinômio: Polícia Militar, Escola e Família que é a base da filosofia do programa (WIKIPÉDIA, 2018).

O programa oferece em linguagem acessível às faixas etárias que se direciona, uma variedade de atividades interativas com a participação de grupos em aprendizado cooperativo; atividades que foram projetadas para estimular os estudantes a resolver os principais problemas na fase em que se encontram vivendo (WIKIPÉDIA, 2018).

O PROERD não tem intenção de invalidar qualquer outro programa, trabalho ou atividade de prevenção dirigida aos jovens como um todo. A cooperação da sociedade é fundamental e a participação efetiva de todos constitui-se na sustentação da viabilidade e continuidade do Proerd, visando atender parcela cada vez mais significativa das crianças e adolescentes criando, dessa forma, uma rede protetiva e crescente contra as drogas (lícitas e ilícitas), bem como contra as atitudes que geram violência (WIKIPÉDIA, 2018).

Conforme Sodelli (2011), este modelo preventivo surgiu no final da década de 1960, sendo uma consequência da política proibicionista norte-americana conhecida como *War on Drugs* (Guerra às Drogas), e seu currículo reflete todos os conceitos do modelo proibicionista da Guerra contra as Drogas. Sua proposta proibicionista tem basicamente duas áreas de atuação: acabar com a produção, o cultivo e o tráfico de drogas no mundo; e suprimir o consumo de drogas ilegais também em nível mundial.

De acordo com Espindola (2012) este modelo preventivo desenvolvido na escola tem a avaliação positiva. Em pesquisa realizada por Moura (2004), os professores afirmaram que este modelo possui como aspectos positivos o fato de priorizar a integração do trabalho com o aluno e a família, que é desenvolvido por profissionais que não são da escola, e de não objetivar a formação docente para a tarefa preventiva.

As estratégias do Programa têm um caráter essencialmente preventivo, além de proporcionarem à comunidade condições de modificar os fatores ambientais e comportamentais que contribuem ao abuso de drogas e à violência. Ainda mais, a proposta do PROERD implica numa mudança de paradigma no modo de ser e estar no convívio da comunidade por parte dos profissionais de segurança pública e conseqüentemente, numa mudança de sua postura perante o cidadão. Insere-se, assim, como uma ação de polícia de proximidade, dirigida a orientar a prestação de serviços de segurança às necessidades da comunidade local. (BRASIL, 2013, p. 15)

2.4 PROERD EM GOIÁS

Segundo Espindola (2012) em 1998, com o Decreto no 4.877, de 24 de março, 12 o então governador do estado de Goiás Marconi Perillo decretou a instituição do Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD-GO). O Programa foi criado com o objetivo de atentar as crianças e os adolescentes quanto ao estrago que a utilização dessas substâncias entorpecentes traz à pessoa à família e à sociedade. A Lei apresenta a iniciativa no sentido de demonstrar interação entre as pastas na medida em que anunciava o estabelecimento e o desenvolvimento de um esforço cooperativo entre o Gabinete Militar da Governadoria, a Secretaria da Educação e Cultura e a Polícia Militar, junto aos estabelecimentos de ensino da rede estadual, segundo diretrizes baixadas pelo referido Gabinete, que o coordenaria, conforme se lê no Decreto:

O GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS, no uso de suas atribuições constitucionais e tendo em vista o que consta do Processo no 15552470,
D E C R E T A:

Art. 1o. Fica instituído no Estado de Goiás o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD-GO).

Art. 2o. O PROERD-GO terá por objetivo alertar a criança e o adolescente do grande prejuízo que traz à pessoa e à sociedade a utilização de substâncias entorpecentes.

Art. 3o. O PROERD-GO será desenvolvido num esforço cooperativo entre o Gabinete Militar da Governadoria, a Secretaria da Educação e Cultura e a Polícia Militar do Estado de Goiás, junto aos estabelecimentos de ensino da rede estadual, segundo diretrizes baixadas pelo referido Gabinete, que o coordenará. (Decreto no 4.877, de 24 de março 1998. Gabinete Civil da Governadoria, Superintendência de Legislação.)

Em 2006, na portaria no 01/2006, publicada no Boletim Geral no 29, de 10 de fevereiro de 2006, o Comandante Geral da Polícia Militar do Estado de Goiás expõe motivos para a mudança no comando de gerenciamento do programa:

Considerando o disposto no Decreto no 4.877/98, que institui o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD);
Considerando o interesse da Corporação em orientar e prevenir o público interno e externo, quanto ao enorme prejuízo que traz à pessoa e à sociedade a utilização de substâncias entorpecentes; Considerando a necessidade de atribuir responsabilidade pelo acompanhamento do referido programa no âmbito da Polícia Militar,
RESOLVE:

Art. 1o. O Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD) no âmbito da PMGO será Supervisionado pelo Chefe do Estado-Maior-Geral.

Parágrafo único. Fica designada a 3a Seção do Estado-Maior-Geral – PM/3, para a Coordenação Geral e o Comando Regional para a Coordenação Local do referido Programa.(Portaria 01/2006, de 10 de fevereiro de 2006. Comando Geral da Policia Militar)

Espindola (2012) traz ainda dados do PROERD Goiás de 2010 revelando que o Programa contou com noventa instrutores atuando em sala de aula, ao longo de sua história, atingindo 151 municípios goianos, com atendimento a aproximadamente 500 crianças. O objetivo da coordenação do Programa no estado é atingir a totalidade dos municípios do estado. Porém, como a demanda de atendimento é superior à oferta, realiza-se um rodizio nas escolas sem que se consiga atender à totalidade das escolas em determinados municípios.

3 METODOLOGIA

O presente artigo científico buscou estudar o trabalho realizado pelo PROERD no município de Anápolis. Neste contexto, importa salientar que o referido Município de Anápolis foi objeto deste estudo em função da pequena quantidade de artigos que abordam este relevante tema, pois o programa realiza importante trabalho de prevenção ao trafico informando e conscientizando não somente a criança, mas toda a família.

O período a ser compreendida a pesquisa é ano de 2018, mas será realizada uma análise dos dados do programa desde o seu inicio na cidade de Anápolis.

Assim sendo, para confecção deste trabalho foram utilizadas obras bibliográficas, pesquisas em *sites* correlacionados e análise de campo. Inicialmente, mediante consulta a obras bibliográficas, examinou-se a importância do trabalho desenvolvido pelo PROERD em todo território nacional, um trabalho realizado pela Policia Militar em parceria com a escola e a comunidade, que vem trazendo

resultados positivos. Será descrito com maior ênfase o município de Anápolis, que é o foco deste artigo

Em seguida, mediante análises de campo e pesquisas *in loco*, isto é, será feita uma entrevista com os Policias responsáveis por desenvolver o programa no Município de Anápolis. Essa entrevista será desenvolvida por um questionário pré-determinado (ANEXO I).

Posteriormente, será avaliado, por meio de informações disponibilizadas pela Policia Militar do Estado de Goiás os dados referentes ao numero de escolas atendidos, o numero de alunos que são atendidos. Se existe uma procura de outras unidades escolares, caso exista o que impede a Policia Militar de atender essas unidades de ensino.

Por fim, apreciando todos os dados e informações obtidos, será possível entender como está sendo realizadas as atividades do programa. Aferir a relevância da atividade do Policial PROERD junto a comunidade. Buscando entender a visão do Policial, no que diz respeito ao trabalho desenvolvido, suas limitações e o que pode ser feito para que o programa obtenha mais êxito no combate ao trafico de drogas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A área foco deste trabalho é o Município de Anápolis-GO, onde o PROERD foi implantado em 2002 e atende apenas 7 (sete) escolas municipais no ano de 2018.

Nesta região apenas 1 (um) policial militar instrutor do PROERD, um cabo, que se encarrega das aulas para alunos do 5º ano séries (antiga 4º série) do ensino fundamental, e o cabo ministra também o curso para os pais destes alunos. E este policial tem por atribuição somente a aplicação do Proerd, não sendo chamado, normalmente, para atividades operacionais, por exemplo. No entanto, vai para operações policiais em caráter de exceção e em situações de emergência.

Sendo realizado com muita eficiência pelo cabo responsável o PROERD atende uma quantidade bem limitada de escolas e alunos na região. É desenvolvido somente pela Polícia Militar que faz parcerias para que desenvolva as atividades com mais qualidade, mesmo assim o programa enfrenta certas dificuldades de

logística e falta de equipamentos, como data-show e retroprojeter, por exemplo, para melhoria na execução dos trabalhos.

Na prática, o trabalho do instrutor vai além de orientação dos alunos e pais a fim de prevenir a criminalidade. A presença de um policial dentro da escola para ministrar as aulas permite, segundo análise da própria Polícia Militar, reduzir os índices de criminalidade e fazer com que ele se torne uma referência para a comunidade escolar: alunos, pais, professores e funcionários da escola.

Isso faz com que muitas vezes seja este policial o primeiro a tomar ciência de problemas ocorridos, sejam eles dentro do ambiente escolar ou não. E muitas vezes os problemas nem são de cunho policial. Em todos os casos, sobretudo, nos casos policiais, as partes são orientadas e, se necessário, as medidas cabíveis são tomadas.

Os policiais envolvidos no processo de instrução do Proerd também são chamados para dar palestras sobre prevenção do uso de drogas em empresas e em outras escolas, além das que formalmente desenvolvem o projeto.

Os instrutores do programa são voluntários dentro de suas companhias militares, não havendo para isso distinção ou preferência por patentes específicas, tanto para exercer as funções quanto para se determinar onde e quem as executarão. Mas, a hierarquia pode influenciar na determinação de cargos de coordenação do programa, por exemplo.

Os instrutores são capacitados em cursos com duração média de 60h, dados pela própria Polícia Militar e se atualizam em seminários e reuniões específicas sobre o programa que acontecem reunindo instrutores e coordenadores do Proerd de todo o estado.

Cada instrutor é responsável pelo curso em séries determinadas, ou seja, responsável pela aplicação dos currículos já descritos neste trabalho. Por exemplo, um instrutor do curso dado para o 5º ano do Ensino Fundamental (antiga 4ª série) ministra o curso em cinco semanas do ano letivo para todas as turmas desta série da escola. E retorna àquela escola somente no ano seguinte, para atividades do programa com as novas turmas da série exemplificada, no caso, 5º ano do ensino fundamental.

No município foco deste trabalho, muitas escolas tem interesse em ter o programa desenvolvido na sua escola, mas devido a falta de efetivo o programa não

atender toda a demanda. As escolas contempladas pelo projeto são escolhidas pelo Comando Regional.

Os instrutores aplicam as atividades somente acompanhadas do professor da turma que, normalmente, não intervém nas atividades. As intervenções se dão somente algumas vezes auxiliando o instrutor em alguns casos ou na disciplina da turma.

O curso dura 05 semanas, com aulas 02 vezes por semana, com duração de 1 hora e 30 minutos cada. Em geral o instrutor permanece um tempo razoável dentro da escola, já que fica no local por um turno inteiro de aulas, tendo assim maior contato com a direção, professores, alunos e por vezes com pais. Nas aulas ministradas, percebe-se que o instrutor do Proerd tem autonomia de usar estratégias pedagógicas para mobilizar a turma para o aprendizado, embora tenha a cartilha do programa como parâmetro a ser seguido. Na região em questão, um dos instrutores interage bem com os alunos.

A direção das escolas analisadas se mostrou extremamente receptiva à aplicação do Proerd dentro do ambiente escolar. Vêm no programa um auxílio aos próprios professores na execução do projeto pedagógico da escola. O instrutor considera que a participação dos diretores é positiva, pois fornecem a eles meios necessários para que as aulas sejam ministradas e, como foi dito, lhes dão autonomia em seu trabalho.

Segundo Espindola (2012) nota-se que, se é difícil precisar a contribuição do Programa, o que demanda uma pesquisa científica, é possível afirmar que há uma contribuição nesse processo de mudança na legislação social e na formulação de políticas públicas, na medida em que as experiências empíricas e investigativas dos policiais, aliadas à compreensão do fenômeno da drogadição, podem compor um programa de caráter informativo que colabora intervindo no processo preventivo.

Sloboda (2004) salienta que um programa de prevenção ao uso indevido de drogas precisa contemplar pesquisa de longo período que acompanhe os participantes, a fim de verificar fatores de risco para esta população. Em outros termos, para que um programa seja eficiente, ele precisará identificar os fatores de riscos e intervir no sentido de reduzir e até eliminar tais riscos.

Maluf e Meyer (2008) afirmam que os programas de prevenção podem ser considerados uma ação educativa, que amplia o projeto pedagógico de uma escola ou a missão de uma instituição. São construções metodológicas estratégicas

variadas para tratar das questões relacionadas ao uso de drogas, sejam lícitas (permitidas por lei como, por exemplo, bebidas alcoólicas, cigarro e medicamentos) ou ilícitas (não permitidas por lei como maconha, derivados da cocaína e outras).

Ao final do curso, há uma solenidade de formatura dos alunos que recebem um certificado e se comprometem a não se envolverem com drogas e com a criminalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, não pretende fazer propaganda da Polícia Militar, do Estado e tampouco colocar o Proerd como a solução da violência nas escolas. Mas, sim refletir sobre o problema da violência entre jovens, crianças e nas escolas, analisando algumas das nuances destas questões, refletindo sobre a aplicação do programa em escolas públicas de Anápolis-GO.

O Proerd se mostra, como uma alternativa para tentar amenizar a violência, uma possibilidade de atuação governamental para amenizar o problema. O programa é desenvolvido por policiais que penetram o ambiente escolar não somente como representantes estatais, mas, sobretudo, como agentes sociais integrados às comunidades e interessados em propor soluções para à diminuição da criminalidade e da violência.

No entanto, há que se fazer considerações acerca da atual situação do programa, na região estudada. O programa é desempenhado com maestria pelo Cabo Saturnino Neto único policial militar que desenvolve o programa na região estudada, com isso o alcance do programa fica limitado. Esse programa é muito importante e muitas escolas da cidade tem interesse em participar, mas devido a falta de efetivo não é possível atender todas.

Conforme relato do instrutor responsável pelo programa na cidade, é notório o entendimento dos alunos sobre os temas propostos. Com isso o índice de violência bem como as ocorrências relacionadas a drogas diminuem nas áreas atendidas. É importante trabalhar o assunto drogas nas escolas para deixar estas crianças e adolescentes com um entendimento das consciências dos males causados pelas drogas e principalmente terem condições de terem resistência ao enfrentamento as drogas.

Conclui-se então que o programa é muito importante, tanto para a comunidade, como para as escolas e também para a polícia militar. Que precisa valorizar ainda mais este trabalho desenvolvido pela corporação. Onde é realizado um trabalho de prevenção, evitando assim que a juventude se perca na criminalidade. Este trabalho de prevenção vem sendo cada vez mais abordado pelo Polícia Militar, que busca sempre novas formas de diminuir com a criminalidade, um exemplo que vem dando certo é o policiamento comunitário, o Proerd se insere dentro desse contexto de polícia comunitária, onde o foco é aproximar a polícia da comunidade. Não se pode deixar de elogiar essa iniciativa, mas a busca por melhoras tem que ser constante.

6 REFERÊNCIAS

BATISTA, Nildo; PEREIRA JUNIOR, Ademar Bernardes. **O Proerd como Política de Segurança Pública Junto as Crianças de Belo Horizonte/MG**. Curitiba, 2012.

BORDIN, Marcelo. **A Política de Segurança Pública no Governo Jaime Lerner (1995 –2002)**, Monografia de Conclusão do Curso de Ciência Política da Faculdade Internacional de Curitiba. Curitiba, 2005.

GOLDSTEIN, Herman. **Policiando uma Sociedade Livre**. São Paulo: Edusp, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei no 11.343. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – SISNAD; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências**. 2006.

BRASIL. Secretaria Nacional de Segurança Pública. Curso Nacional de Formação de instrutores do Proerd/ Secretaria Nacional de Segurança Pública. Brasília: Ministério da Justiça, 2013.

CANO, Ignácio. **Letalidade da Ação Policial no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: ISER, , 1997.

DA SILVA, Ailton. **O Policiamento Comunitário: Sua Implementação em Curitiba**. Monografia do Curso de Especialização Superior de Polícia da Universidade Federal do Paraná em Convenio com a Polícia Militar do Paraná, Digitado, 2001.

DA SILVA, Josivaldo Geniuno. **A POLICIA NA ESCOLA: O Proerd, Insrrumento de Educação e Prevenção as Drogas**. Guarabira, 2014.

ESPINDOLA, Alexandre Olympio de Souza. **O controle das drogas no direito brasileiro e as políticas públicas de prevenção**. Goiânia, 2012.

GONDIM, Larissa; VAREJÃO, Marcela. **Comunitarismo e Controle do Crime no Contexto Anglo-Saxão**. Revista da Pós-Graduação em Ciências Jurídicas da UFPB, edição 2007.1, João Pessoa, 2007.

NETO, Paulo Mesquita. **A Violência das Ações Policiais**, Tendências e Debates, Folha de São Paulo, 2004.

OLIVEIRA JÚNIOR, Emmanuel Nunes de. **Política Pública e Estratégias de Controle da Ação Letal das Instituições Policiais em São Paulo**. 2003. Dissertação de Mestrado do Curso de Ciência Política da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes; MONTANDON, Ana Maria Alemão. **O que os policiais querem dizer com “policiamento comunitário”**: Uma análise dos discursos dos oficiais da PMERJ. DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social - Vol. 7 - no_2 - ABR/MAI/JUN 2014 - pp. 233-260. Rio de Janeiro, 2014.

SKOGAN, Wesley G. (2008), **“An Overview of Community Policing: Origins, Concepts and Implementation”**. Em: WILLIAMSON, Tom (org). The Handbook of Knowledge-based Policing: Current Conceptions and Future Directions. Chicago, John Willey & Sons, pp. 43-57.

SLOBODA, Z. **Programas de prevenção ao uso de drogas em escolas dos Estados Unidos**. In: PINSKY, I.; BESSA, M. Adolescência e drogas. São Paulo: Contexto, 2004. P. 106-123.

SODELLI, M. **Uso de drogas e prevenção: da desconstrução da postura proibicionista às ações redutoras de vulnerabilidade**. São Paulo: Iglu, 2011.

WIKIPÉDIA. Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência. Disponível em:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_Educacional_de_Resist%C3%Aancia_%C3%A0s_Drogas_e_%C3%A0_Viol%C3%Aancia acesso em Fevereiro de 2018.

ANEXO I

QUESTIONÁRIO

Instrutor do PROERD no município de Anápolis?

Quantos policiais militares trabalham no PROERD em Anápolis?

De uma maneira geral, qual a sua opinião em relação à eficiência do PROERD?

Qual a importância de trabalhar o assunto drogas nas escolas, com crianças nessa faixa etária?

De acordo com suas práticas e experiências, o PROERD vem alcançando êxito dentro do que lhe é proposto fazer?

O que pode ser melhorado?

O efetivo disponibilizado pela Polícia Militar é suficiente?